



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAR DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS PACIENTES E /OU RESPONSÁVEL

Desta forma, EU, abaixo informado, venho por esse documento expressar minha manifestação livre, informada e inequívoca e consciente de que concordo e consinto no tratamento de meus dados pela entidade, bem como dados da pessoa que sou responsável, sejam dados pessoais e pessoais sensíveis, para finalidade específica sobre tudo relativo e necessário ao meu atendimento médico, ou do atendimento médico do paciente da qual sou responsável, de informação para as finalidades internas e institucionais, para divulgação às empresas terceiras de contabilidade, software, médicas, Convênios, órgãos públicos e outras que tenham relação jurídica contratual com a entidade.

Paciente : DADOS PESSOAIS DO PACIENTE GERADO PELO SISTEMA

Ao assinar o presente termo, eu, Titular, como paciente ou responsável pelo paciente, consinto e concordo que a presente entidade, doravante denominada **CONTROLADORA**, e as demais empresas com ela relacionadas, realize o tratamento dos dados pessoais, e pessoais sensíveis do titular (paciente e/ou responsável), envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração e outras previstas na Lei nº 13.709/19.

O **OPERADOR** é a pessoa que realiza o tratamento dos dados pessoais e pessoais sensíveis em nome da Controladora.

Quando houver alteração a Controladora informará, em meios físicos ou digitais, o novo Encarregado, tornando público e, com isso, automaticamente passará a vigorar para todos os fins de direito, inclusive para este Termo.

1) Abaixo segue alguns breves conceitos da referida Lei Geral de Proteção de Dados

Titular: é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objetos de tratamento;

Dados pessoais: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

Dados pessoais sensíveis: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de



comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

2) Dados Pessoais e Pessoais Sensíveis

O HMNSG é a entidade responsável pela coleta e tratamento dos dados pessoais, e pessoais sensíveis, dos seus usuários ou por seu encaminhamento às empresas, órgãos públicos e outros que ela tem relação jurídica, e outras permitidas em lei. Os dados pessoais dos seus usuários coletados, incluindo aqueles direta ou indiretamente relacionados com a sua saúde, serão tratados para efeitos de prestação de cuidados integrados de saúde, incluindo gestão dos sistemas e demais serviços, auditoria e melhoria contínua dos mesmos, podendo ser relacionados com os dados das demais unidades provedoras de saúde que disponham do mesmo objetivo.

Assim, fica autorizado o tratamento dos dados pessoais, e pessoais sensíveis, incluído: nome; data de nascimento; RG; CPF; CNH; Foto, imagem, vídeo; estado civil; gênero; endereço; telefone, celular, WhatsApp, e-mail; Banco, agência, contas bancárias, PIX; e outros permitidos por lei.

3) Finalidades do Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados tem por finalidades possibilitar que a Controladora e Operadores tratem os dados da pessoa de acordo com suas necessidades, operação e permitido em lei.

4) Compartilhamento de Dados

Fica autorizado o compartilhamento de meus dados (paciente e/ou responsável) conforme este Termo e previstos em lei, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados) ou legislação correlata. Haverá transmissão e comunicação de dados pessoais entre os setores da Instituição, com acesso de empregados, médicos, pessoas que atuam na entidade e terceiros, sempre que necessário, para possibilitar a operação e prestação de serviços pela entidade e previsões na lei.

5) Do Dever de informação

Tenho ciência que as informações sobre os dados (paciente e/ou responsável) seguirão o quanto previsto neste Termo e na legislação correlata à Proteção de Dados e legislação correlata, sendo que poderei solicitar o que a Controladora está fazendo com os dados.

6) Da Exceção quanto a Área de Saúde

Consoante as disposições legais arroladas no inciso II, do artigo, 11, a referida Lei Geral de Proteção de Dados, permite que os dados pessoais sejam tratados sem o consentimento do seu titular nos casos específicos relacionados a área da saúde, objetivando sempre o benefício do paciente, da proteção à vida ou a incolumidade física do Titular ou de terceiro, bem como execução de contrato.



No tocante a anonimização, em casos de prevenções populacionais, a Lei nº 13.709/18 prevê que sejam mantidas as informações, não as tornando anônimas.

7) Segurança dos Dados

A Controladora responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas ao seu alcance aptas a proteger os dados pessoais, e pessoais sensíveis dos titulares, evitando a perda, má utilização, alteração, destruição, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito e, por isso, tomará as medidas de segurança adequadas ao uso dos dados, sistema, informação e navegação em website e rede de internet, intranet e outros.

Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709/18, a Controladora comunicará, em prazo razoável, ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

8) Conservação dos Dados

A Controladora poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante todo o período em que os mesmos forem pertinentes ao alcance das finalidades e ao cumprimento de cada uma das finalidades listadas neste termo ou de acordo com prazos legalmente vigentes. Em caso de litígio pendente, os dados podem ser conservados até trânsito em julgado da decisão. Dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação direta ou indireta ao indivíduo, bem como para a execução de contrato, e outras situações permitidas em lei, poderão ser mantidos por período indefinido.

9) Direitos do Titular

O Titular tem direito a obter da Controladora, em relação aos dados por ela tratados, a qualquer tempo e mediante requisição escrita dirigida à entidade, via e-mail (do ENCARREGADO) ou correspondência física ao endereço da entidade e direcionada ao ENCARREGADO:

- a) confirmação da existência de tratamento;
- b) acesso aos dados que lhes digam respeito;
- c) retificação de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei nº 13.709/18;
- e) portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviços, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional;
- f) eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da Lei nº 13.709/18 e outras em legislação;
- g) informação das entidades públicas e privadas com as quais a Controladora realizou uso compartilhado de dados;



- h) informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- i) revogação expressa do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº 13.709/18.

10) Término do Tratamento dos Dados

O Titular poderá requerer, a qualquer tempo, via e-mail ou correspondência a Controladora, que sejam eliminados os dados pessoais não anonimizados do Titular. O Titular fica ciente de que poderá ser inviável a Controladora continuar o fornecimento de produtos e serviços ao Titular a partir da eliminação dos dados pessoais. Como exceção, os dados poderão não ser revogados e serem mantidos por período indefinido nos casos de situações previstas em lei, e para a execução de contrato.

11) Direito de Revogação do Consentimento

Este consentimento poderá ser revogado pelo Titular, a qualquer momento, mediante requisição escrita dirigida à entidade, via e-mail (do ENCARREGADO) ou correspondência física ao endereço da entidade e direcionada ao ENCARREGADO:

Como exceção, os dados poderão não ser revogados e serem mantidos por período indefinido nos casos de situações previstas em lei, e para a execução de contrato.

12) Reclamações e Dúvidas

Caso haja qualquer dúvida relacionada ao tratamento dos seus dados pessoais e aos direitos que lhe são conferidos pela legislação aplicável e, em especial, referidos nessa Política de Privacidade, poderá entrar em contato com a entidade, através do ENCARREGADO, e, ainda, poderá apresentar solicitação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados conforme previsto em lei.

Itaporanga

PACIENTE E/OU RESPONSÁVEL